**A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA DIVISÃO DO TRABALHO CAPITALISTA**

Artur Bispo dos Santos Neto

Professor da UFAL e militante do Espaço Socialista

**Introdução**

O presente texto parte do pressuposto de que é fundamental entender a natureza da divisão social do trabalho nas sociedades de classe na perspectiva de constituir sua completa superação, haja vista que a contraposição entre trabalho manual e trabalho intelectual corta como uma diagonal a sociedade burguesa e assegura a expropriação do excedente produzido.

Entender a natureza da divisão social do trabalho é nodal para a perspectiva fundada na necessidade de superação dos limites absolutos do capital e voltada à necessidade histórica de emancipação da humanidade. Nessa perspectiva, é essencial apontar que a divisão social do trabalho, constituída pelo modo de produção capitalista, não pode ser aproveitada ou reformada no interior de uma sociedade fundada no trabalho associado, livre e universal. E constitui-se numa clara deturpação do pensamento marxiano tentar preservar o velho edifício do processo de reprodução do capital numa sociedade não mais organizada para a produção de mercadorias e de valor de troca, mas ao atendimento das necessidades efetivas dos seres humanos.

É preciso mencionar que a divisão social do trabalho precede à sociedade de classe e certamente vai continuar existindo numa sociedade sem classes, possivelmente como divisão de atividades entre seus produtores associados. No entanto, é preciso destacar que sob nenhuma hipótese a forma de constituição da divisão social do trabalho capitalista pode ser preservada numa sociedade emancipada do capital, como tentaram fazer as experiências pós-capitalistas que se constituíram na ex-União Soviética e na China (MÉSZÁROS, 2007).

Os principais teóricos das revoluções realizadas no século XX acabaram incorrendo no equívoco de imaginar que seria possível recorrer aos métodos adotados pelo taylorismo sem arrastar consigo suas consequências deletérias para todo o processo produtivo, desconsiderando que o método da administração científica tinha como quintessência a ampliação do tempo de trabalho excedente em benefício da reprodução ampliada do capital. Salienta-se aqui que a sociedade socialista está fundamentada no tempo disponível da sociedade, ou seja, numa radical diminuição da jornada de trabalho e não na intensificação da jornada de trabalho dos produtores associados, autônomos e livres.

É preciso entender que a essência da divisão social do trabalho que perpassa todas as sociedades de classes – inclusive a experiência pós-capitalista que marcou os anais do movimento socialista internacional – está fundamentada na apropriação do tempo de trabalho excedente. A subordinação do trabalho manual ao trabalho intelectual comparece como a essência de todas as sociedades de classe. Através da primazia do trabalho teórico sobre o trabalho prático se inscreve o poder do senhor sobre o escravo e a força do capitalista sobre o operário; e ainda, o poder da burocracia sobre o proletariado do campo e da cidade. Evidentemente que a forma como se apresenta a subordinação do trabalho prático ao trabalho teórico na sociedade capitalista é completamente distinta da forma como se processou essa dominação no interior dos modos de produção pretéritos.

**Divisão social do trabalho na manufatura e na indústria**

Na sociedade capitalista a forma de constituição da divisão social do trabalho emerge de maneira mais sofisticada e planejada que nas sociedades precedentes, pois as forças produtivas se corporificam como mais desenvolvidas e avançadas. A oposição entre trabalho teórico e trabalho prático também se apresenta de maneira mais decisiva no processo produtivo que anteriormente, haja vista que nas sociedades pretéritas a impossibilidade da aplicabilidade efetiva da ciência fazia com que o trabalho fosse considerado mera coisa de escravo; consequentemente, como atividade profundamente depreciativa do corpo e da alma das classes dominantes. Isso muda com o advento da sociedade burguesa que passa à combater as classes parasitárias (aristocracia e clero) e à defender o trabalho como quintessência da riqueza das nações (Adam Smith).

O trabalho assume configuração distinta na sociedade burguesa, mas isso não impede que os capitalistas mercantilistas recorram ao trabalho escravo ou compulsório nas colônias e até mesmo na metrópole. E ainda na etapa mercantilista, ou seja, na época em que o capital (comercial) não possuía as condições efetivas para comparecer na forma pura enquanto capital industrial, a divisão foi posta em curso pela manufatura. Nela emerge os aspectos essenciais da divisão do trabalho que norteará a produção encetada pela grande indústria. Tudo isso se sucedeu de forma processual, em que o caminho foi sendo descoberto e tornando-se canônico ao desenvolvimento do capital.

A manufatura revela o segredo do capital, ou seja, a natureza social e processual do capital. O capital é produto de uma relação social e não constitui-se como uma entidade metafísica que nasce pronta e acabada. O capital é um processo, ou seja, é uma totalidade dinâmica e perpassada por múltiplas determinações. Ele é claramente uma força de massa que controla, supervisiona e administra o trabalho. Sem o controle do trabalho, o capital não pode ser capital, ou seja, entidade que tudo molda segundo sua imagem e semelhança. Pelo fato dele convocar e organizar os trabalhadores num mesmo espaço de trabalho, na perspectiva de economizar meios de produção, ele submete a força de trabalho aos seus imperativos. E como um general controla seus subordinados no interior do exército, o capitalista controla a produção no sentido de assegurar economia máxima dos meios de produção e força de trabalho. É uma verdade indubitável que o capital não pode abrir mão do controle do processo de trabalho, por isso que o capitalista erige uma série de trabalhadores intermediários para realizar essa função. A personificação do capital é tanto o capitalista quanto os distintos trabalhadores assalariados que exercem funções de chefia, supervisão e controle do trabalho.

A divisão social do trabalho permite que o capitalista dinamize a produtividade superando as formas precedentes que estavam fundadas na produção individualizada das corporações de ofício. Desse modo, o capitalista descobre que a força de massa dos trabalhadores é bem mais produtiva que a força fragmentada, ou seja, que uma centena de trabalhadores unidos produzem mais que essa mesma centena de trabalhadores isolados. No entanto, o capitalista nunca paga os trabalhadores pela força de massa mobilizada, mas tão somente pelo trabalho individualizado. Observa-se, então, que a produção de massa se torna propriedade privada, da mesma maneira que a riqueza da sociedade se torna riqueza privada, nas mãos do capitalista.

A divisão social do trabalho, que perpassa o modo de produção capitalista, tem sua gênese na manufatura. Ao agregar vários trabalhadores em torno de si, o capitalista, enquanto personificação do capital, controla e subordina o trabalho aos seus preceitos. Isso implica que o trabalhador perdeu o controle e a regulação de todo o processo de trabalho. A divisão do trabalho em atividades fragmentadas e parciais constitui um trabalhador que atua de maneira também unilateral e parcial. Embora a manufatura tenha sua gênese no trabalho cooperado, em que a habilidade manual do velho artificie das corporações seja seu preâmbulo, a quintessência da produção é alterada completamente a partir do momento que o trabalhador perde o controle da produção e não realiza mais as atividades de planejamento, mediação e regulamentação do processo produtivo e distributivo.

Além a apropriação do trabalho coletivo dos operários, o capital intensifica o processo de trabalho pela mediação da divisão social do trabalho quando desprende “as atividades operárias uma das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artificie diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão acidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho” (MARX, 1983, p. 268).

O capitalista parcializa as atividades operárias para alargar o quantum da produtividade. A parcialização e a fragmentação se tornam peças fundamentais do processo de constituição do trabalhador coletivo. Escreve Marx, “depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes. [...]. A unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial torna-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo” (MARX, 1983, p. 275).

O trabalhador coletivo da manufatura constitui-se como uma expressão da forma capitalista de desenvolvimento da produção. Os trabalhadores parciais que constituem o trabalhador coletivo dinamizam e elevam a produtividade para além da produção artesanal, porque “o trabalhador que executa a sua vida inteira uma única função simples, transforma todo seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e portanto necessita para ela menos tempo que o artificie, que executa alternadamente toda uma série de operações” (MARX, 1983, p. 269). O trabalhador transforma-se numa autômato, num órgão unilateral do processo produtivo.

Os distintos trabalhadores parciais quando operam em conjunto elevam a produtividade à um nível muito superior à produção artesanal, em que o artesão estava envolvido em todo o processo. O trabalhador parcial se torna um ser que não se reconhece no processo global da produção, pois ao final do processo de trabalho ele não tem o produto objetivo completamente, mas apenas um apêndice da mercadoria que será levada ao mercado. O modo de produção capitalista intensifica a divisão social do trabalho, pois a produção de mercadoria passa pela mediação do trabalhador parcial e fragmentado. A divisão social do trabalho, assinala Marx (1983, p. 50), “é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho”. A divisão do trabalho serve para potencializar o desenvolvimento de relações fetichizadas, em que o tempo de trabalho socialmente necessário comparece como elemento determinante do valor da mercadoria.

A manufatura serviu de prólogo ou preparação do terreno para o desenvolvimento da produção genuinamente capitalista, em que o desenvolvimento das forças produtivas não implicou no melhoramento direto das condições de existência dos trabalhadores, pois seu desenvolvimento visava tão somente o aprimoramento dos mecanismos de controle e subordinação do trabalho aos processos de ampliação da acumulação e expansão do capital.

O desenvolvimento de uma complexa divisão social do trabalho, perpassada por um conjunto complexo de funções e atividades, tem como fundamento a necessidade de intensificação da redução do tempo de trabalho socialmente necessário. E a grande indústria tem como preceito elementar a necessidade de ampliação daquilo que o trabalho entrega gratuitamente ao capitalista, ou seja, a mais-valia. Pela mediação do desenvolvimento tecnológico, o capital conseguiu amoldar completamente a força de trabalho aos seus imperativos de comando e controle, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário ao processo de reprodução da força de trabalho.

A divisão do trabalho na indústria é aperfeiçoada tanto pela distinção entre o trabalho intelectual e trabalho manual quanto pela divisão e combinação de um sistema de máquinas. As máquinas parciais emergiram de forma combinadas entre si da mesma maneira que os distintos trabalhos parciais apareciam combinados na manufatura. Escreve Marx (1984, p. 13):

Assim como na manufatura a cooperação direta dos trabalhadores parciais estabelece determinadas proporções entre os grupos particulares de trabalhadores, também no sistema articulado das máquinas parciais umas pelas outras estabelece uma relação determinada entre seu número, seu tamanho e sua velocidade. A máquina de trabalho combinada, agora um sistema articulado de máquinas de trabalho individuais de diferentes espécies e de grupos das mesmas, é tanto mais perfeita quanto mais continuo for seu processo global, isto é, com quanto menos interrupções a matéria-prima passa de sua primeira à sua última fase, quanto mais, portanto, em vez da mão humana, o próprio mecanismo a eleva de uma para outra fase da produção.

Na indústria, a produção se inscreve de maneira essencialmente coletiva ou cooperada. Escreve Marx (1984, p. 17): “O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho”. A maquinaria potencializa e expande o papel das ferramentas, transformando o operário num apêndice. É a máquina que determina o ritmo da produtividade e serve para intensificar a produção segundo os interesses do capital. O caráter alienado ganha proporções ainda mais significativas, na medida em que “não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho”, mas “as condições de trabalho que usam o trabalhador” (MARX, 1984, p. 43).

Na produção fabril, a virtuosidade do trabalhador parcial da manufatura é transferida para a máquina, em que os trabalhadores comparecem como meros autômatos e a máquina como se fosse o sujeito do processo produtivo. É o trabalho morto se erguendo contra o trabalho vivo. Assim, o trabalhador será transformado em parte de uma máquina parcial, ou seja, manifesta-se desempenhando funções parceladas perante uma máquina parcial. Desse modo, os meios de trabalho se confronta com o trabalhador como o capital, e o trabalho morto ergue-se contra o trabalho vivo para expropriá-lo completamente. É por isso que o trabalhador, inicialmente, ergue-se contra os meios de trabalho e quebra as máquinas, como atesta o movimento ludista. No entanto, os trabalhadores não demorariam muito para observar que essa atitude perante a máquina não resolvia o problema do desemprego proporcionado e do colapso de suas profissões.

O movimento na direção da separação entre trabalho intelectual e trabalho manual avança de maneira expressiva na produção realizada pela mediação da grande indústria. No entanto, seus pressupostos foram estabelecidos pela manufatura, à proporção em que ela mutilou e desmembrou o trabalhador na forma de configuração do trabalhador parcial. Ela serviu ainda para libertar o capitalista das funções de controle direito da produção, erigindo um corpo de trabalhadores assalariados para controlar, dirigir, supervisionar e mediar o processo de trabalho segundo os imperativos de comando do capital. O desenvolvimento e o amadurecimento das relações de produção erige um grupo de trabalhadores assalariados que exercem as funções de comando sobre o trabalho em nome do capital, eles constituem-se como personificação do capital.

O controle absoluto do processo de trabalho pelo grupo especializado de trabalhadores assalariados não implica que os trabalhadores tenham perdido sua capacidade cognitiva e subjetiva enquanto indivíduos, mas que “o trabalhador manual perde o controle e os domínios da totalidade do processo global do trabalho e, portanto, as ‘forças espirituais’ do trabalho, sendo a sua subjetividade atrofiada no processo de trabalho alienado” (BARRADAS, 2012, p. 112).

A divisão social do trabalho na grande indústria representa uma ruptura com a forma originária de constituição do trabalho, à proporção em que o trabalho, enquanto categoria fundante do mundo dos homens, estar alicerçada na articulação entre subjetividade e objetividade, atividade manual e atividade intelectual. E grande indústria sustenta-se na no trabalho abstrato e na disjunção entre cabeça e mãos, entre prática e teoria, entre as atividades de planejamento e as atividades de execução. De maneira que, escreve Marx, “Como no sistema cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mas tarde separam-se até se oporem como inimigos” (MARX, 1984, p. 105).

O antagonismo entre trabalho intelectual e trabalho manual exprime a contraposição que perpassa as classes sociais do modo de produção capitalista, à proporção em que o trabalho intelectual exprime os interesses do capital. E uma parte dos trabalhadores assalariados exercem funções fundamentais na perspectiva de assegurar a ampliação das taxas de mais-valia que faz “sorrir o capitalista”. Enquanto os trabalhadores manuais transformam a natureza e são responsáveis pela produção do conteúdo material da riqueza da sociedade, os trabalhadores assalariados vivem duma parte do excedente forjado pela expropriação do trabalho que produz o conteúdo da riqueza material da sociedade.

O capital se ergue sobre a disjunção entre trabalho intelectual e trabalho manual. Desse modo, se inscreve uma decomposição ainda maior do trabalhador na produção industrial quando comparada à produção manufatureira, em que se sucede a subsunção real e efetiva da consciência operária ao processo produtivo. Além de ser um mero apêndice da máquina, o trabalho manual, na grande indústria, constitui-se como simples executante daquilo que “foi previamente planejado, calculado, cientificamente estudado pelo trabalho intelectual” (BARRADAS, 2012, p. 125).

No modo de produção capitalista, a maquinaria não é introduzida para aliviar o fardo do trabalho, mas para encurtar o tempo de trabalho necessário à reprodução orgânica do trabalhador manual e ampliar o tempo de trabalho excedente para o capitalista. As funções de direção e controle não pertencem aos trabalhadores manuais, mas aos trabalhadores intelectuais. Escreve Marx (1983, p. 263): “A direção capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração”. A forma de controle do capital sobre o trabalho, pela mediação do trabalho intelectual, constitui-se como uma forma despótica, em que o trabalhador manual é mero autômato, uma simples extensão da máquina parcelada.

**Educação enquanto reprodução do capital[[1]](#footnote-1)**

A intensificação da divisão social do trabalho que amolda a produção capitalista presume um processo de aperfeiçoamento dos mecanismos de formação da força de trabalho. Nota-se que foi no bojo da Revolução Francesa que se colocou pela primeira vez na história a necessidade do letramento dessa classe. Antes disso, não subsiste nenhuma educação formal para as classes dominadas nas sociedades antigas e medievais. Isso porque o mundo fabril impunha a necessidade de um trabalhador qualificado e distinto daquele destinado ao trabalho servil e escravo.

O trabalho assalariado supunha não apenas a presença do trabalhador livre, leve e solto como os pássaros para adequar-se ao novo mundo do trabalho; requeria também uma subjetividade plenamente subordinada à lógica do capital. O próprio desenvolvimento da indústria exige do capital uma determinada formação de sua força de trabalho para respeitar seu maquinário e não destruí-lo facilmente, como faziam os escravos nas colônias norte-americanas.

O desenvolvimento dos meios de produção conduzia ao desenvolvimento das forças produtivas, em que o trabalhador devia submeter-se às leis imanentes da ideologia capitalista. Escreve Ponce (2005, p. 147): “As máquinas complicadas que a indústria criava não podiam ser eficazmente dirigidas pelo saber miserável de um servo”. A complexidade da indústria, com seu sistema de máquinas e ferramentas aperfeiçoadas, exigia um operariado que soubesse decifrar seu código secreto.

A determinação da agricultura pela indústria capitalista impunha a necessidade da generalização dum sistema de máquinas, formado por arados especializados, debulhadoras mecânicas e colheitadeiras sofisticadas, que exigia um trabalhador rural que soubesse ler e manejá-los. Nesse aspecto, uma educação elementar é suficiente para atender aos interesses de reprodução do capital. Destaca Ponce (2005, p. 148, grifo do autor): “*o trabalhador assalariado já não poderia satisfazer o seu padrão se não dispusesse ao menos de uma educação elementar*”. Essa nova época não poderia abrir mão do processo de formação de sua força de trabalho. A necessidade de preservar o capital investido nos meios de produção (capital constante) demanda um trabalhador dotado duma subjetividade diferenciada, ao contrário dos rudimentares meios de trabalho que eram entregues aos servos e escravos no passado; e eles, deliberadamente, numa situação de revolta, destruíam ou provocavam a ruína desses meios.

A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual assume corolários específicos. Assim, aquelas habilidades funcionais que eram adquiridas informalmente no próprio cotidiano presumem uma forma mais elaborada e sofisticada, que deve ser ministrada por uma instituição específica para tal fim. Segundo Manacorda (1989, p. 249): “Fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem cooperativa (e também a ordem dos jesuítas)”.

O desenvolvimento da produção capitalista pauta-se pelo afastamento gradual do capitalista das atividades diretamente relacionadas às atividades de controle e supervisão por um aglomerado de técnicos e funcionários intermediários que emergem como novas personificações do capital. Assim, entre os trabalhadores não especializados e os trabalhadores mais especializados, há uma plêiade de funcionários formados na nova escola instituída pela burguesia. As distinções sociais estatuídas no interior do processo produtivo servirão para formar tanto uma aristocracia no interior da classe operária quanto um grupo de trabalhadores assalariados que assumirão as atividades de comando em nome dos interesses do proprietário dos meios de produção. Nessa perspectiva, deveria se conceder “uma educação primária para as massas, uma educação superior para os técnicos, eis o que, em essência, a burguesia exigia no campo da educação” (PONCE, 2005, p. 149).

No entanto, a escola oferecida para a classe operária padecia de problemas crônicos e estruturais, tornando-se muito mais depósito de seres humanos do que um exemplo bem-sucedido de formação da classe trabalhadora. Além disso, não eram raros os exemplos de professores e professoras desqualificados no decorrer dos séculos XVIII e XIX. E quando havia mestres esmerados e competentes, inexistiam adequadas condições de trabalho, material didático e livros especializados, além da ausência de infraestrutura para o pleno desenvolvimento das aptidões infantis. O sucateamento da escola pública faz parte da gênese do capitalismo industrial.

Ainda assim, a burguesia considerava a educação operária uma ameaça aos seus efetivos interesses, pois o letramento da classe operária poderia desenvolver a consciência de classe para si e constituir-se como possível estopim dum processo revolucionário. Para afugentar seus fantasmas, a burguesia tratou de reduzir a universalização da educação pública, laica e gratuita à condição de mera universalização abstrata e formal. Os teóricos da burguesia que defendiam a universalização da educação, como Condordet e Pestalozzi, bem sabiam das impossibilidades de oferecer uma educação igualitária para todos, pois a educação burguesa deveria considerar as particularidades de cada classe social. Eles mesmos, envolvidos na educação de sua classe, buscavam ser comedidos na defesa da universalização do acesso à escola pública e gratuita.

Parece claro para a burguesia que as atividades que exigiam muito mais o cérebro que as mãos pressupunham um tempo maior de dedicação em relação às atividades que exigiam somente as mãos. Os filhos da classe operária não podiam passar tanto tempo na escola como os filhos da burguesia. Estes deveriam estudar mais e ter um domínio maior das ciências e das questões gerais, enquanto os filhos da classe operária precisavam desenvolver somente a habilidade necessária ao universo da instrumentalidade e da manualidade, pouco importando o conhecimento que não os tornava mais hábeis no exercício das atividades produtoras de riquezas materiais.

Por sua vez, a própria condição em que estava lançada a classe operária no decorrer dos séculos XVIII e XIX impedia quaisquer possibilidades de concretização do ideal de educação gratuita para todos. Deve-se lembrar que a Revolução Industrial rebaixou os salários dos operários e obrigou toda a família a adentrar no mundo fabril. Era simplesmente impossível que as crianças fossem às escolas gratuitas anunciadas pelos revolucionários burgueses, quando precisavam trabalhar para garantir a subsistência.

A polivalência dos trabalhadores e a rotatividade de seus postos demonstram a incomensurável vulnerabilidade do trabalho no modo de produção capitalista. Nele, tudo é movediço e escorregadio para o trabalhador, não subsistindo nada de sólido sob seus pés, pois a qualquer momento ele pode perder o emprego, ser substituído pela máquina ou ser deslocado para outra função. Essa situação evidencia que inexiste “solidez e segurança da situação de vida do trabalhador, ameaçando constantemente arrancar-lhe da mão, com o meio de trabalho, o meio de subsistência e torná-lo, com sua função parcelar, supérfluo” (MARX, 1984, p. 89). Isso foi dito quase um século e meio antes do advento do toyotismo como modelo predominante de organização da produção capitalista pautada pela formação do trabalhador polivalente e multifuncional.

Marx estabelece uma crítica radical à divisão social estatuída pelo modo de produção capitalista e à sua exigência de especialização, pois embotam as consciências operárias e abortam as potencialidades humanas. É da natureza do capitalismo impedir o livre florescimento da sensibilidade humana, pois a propriedade privada submete tudo à sua lógica reificante e degradante. Marx entende que a superação da alienação deve ser uma atividade realizada em escala omnilateral, envolvendo a totalidade da existência e dos sentidos humanos. O homem deve se apropriar de sua essência omnilateral de maneira omnilateral.

A escola politécnica disponibilizada pela burguesia não passa duma instituição voltada exclusivamente para o aprofundamento da alienação do trabalhador em relação às suas efetivas potencialidades. É uma instituição que serve ao embotamento da consciência das massas operárias e ao atendimento dos interesses do mercado de trabalho. Enquanto a escola politécnica envereda pela necessidade da formação exclusivamente manual, a escola para os filhos da burguesa constitui-se pela negação radical do trabalho, que é somente uma mera entidade refratada ou então um divertimento e passatempo das crianças burguesas, não se constituindo de maneira alguma como seu fundamento. A escola politécnica é dirigida especificamente para as crianças que não dispõem de tempo livre para dedicar-se aos estudos e precisam lutar exaustivamente pela sua sobrevivência.

A necessidade de uma força de trabalho flutuante e versátil está na base do processo de constituição das escolas oferecidas para os filhos da classe operária. No contexto do desenvolvimento do capital industrial, tornou-se uma quimera o velho adágio que afirmava “sapateiro não passe do sapato”. O ofício para toda a vida foi execrado do mapa desde que Watt inventou a máquina a vapor, Arkwright inventou o tear e Fulton criou o navio a vapor (MARX, 1984). As especialidades receberiam um novo tratamento tanto no âmbito do trabalho manual quanto no âmbito do trabalho intelectual. E todo o processo de formação politécnica na sociedade capitalista obedece ao presente receituário, que tem como eixo fundamental o trabalho abstrato.

A classe operária precisa ser habilitada para assumir determinados postos no interior da produção capitalista, e, isso não se contrapõe ao fato de haver postos de trabalho que desconsiderem a necessidade de qualquer qualificação. Mediante a exigência de formação ou habilitação formal para o trabalho, o capital controla a força de trabalho operária e delega aos indivíduos despreparados para atender às demandas do mercado de trabalho a responsabilidade pela manutenção de sua sobrevivência e por sua condição de desempregado crônico. Desse modo, o sistema do capital tenta isentar-se ideologicamente da responsabilidade pelo desemprego por ele mesmo gerado. Assim, os trabalhadores passam a correr atrás da escola, imaginando que desse modo podem afugentar a ameaça que paira sobre suas cabeças.

**Trabalho associado e educação socialista**

O despotismo da grande indústria revela a natureza do capital e que o controle do trabalho manifestar-se como estranhos e avessos aos interesses dos produtores da riqueza da sociedade, servindo exclusivamente ao processo de reprodução do capital. Por isso que uma nova forma de sociabilidade que pretenda superar o capital não pode preservar a divisão social do trabalho que perpassa o modo de produção capitalista. É condição fundamental que os trabalhadores assumam todo o processo de controle, planejamento, regulação, supervisão e mediação da produção e da distribuição produzida. É nodal superar a disjunção entre trabalho manual e trabalho intelectual, pois preservar a divisão social do trabalho que perpassa o modo de produção capitalista implica em manter intacto o edifício social fundamental ao processo de reprodução do capital. Uma perspectiva que pretende ir para além do capital deve superar completamente a divisão social do trabalho centrada na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual.

O trabalho associado (livre associação dos trabalhadores livres) somente é possível numa sociedade em que haja as condições materiais e espirituais para a constituição do reino da liberdade e da abundância. O trabalho enquanto necessidade eterna dos homens continuará existindo, mas não o trabalho enquanto fardo ou entrave ao livre desenvolvimento das potencialidades humanas. O trabalho associado, segundo Tonet (2012, p. 50), “se caracteriza pelo controle livre, consciente, coletivo e universal dos trabalhadores sobre o processo de produção e distribuição da riqueza”. A lógica de produção regulada segundo os imperativos do valor de troca será completamente solapada pelo critério do valor de uso. A produção será regulada para atender às efetivas necessidades humanas, e não às necessidades de reprodução do capital.

Somente numa sociedade emancipada do capital é possível o livre desenvolvimento das efetivas potencialidades humanas. Escreve Tonet (2012, p. 55): “A formação integral do indivíduo supõe o acesso à riqueza material e espiritual necessária à plena realização dele”. A educação das massas na perspectiva da constituição duma sociedade emancipada do trabalho abstrato e do trabalho assalariado pressupõe a superação das perspectivas refratárias da educação burguesa e seu conjunto de preceitos axiológicos.

A unidade entre trabalho manual e trabalho intelectual marca o trabalho associado, e a sua possibilidade deve estar posta desde o primeiro momento da irrupção de um processo revolucionário. O trabalho associado caracteriza-se por ser livre, consciente, coletivo e universal. No caso da Rússia, essa possibilidade inexistia, apesar da consciência política do proletariado. Escreve Tonet (2010, p. 48, grifo do autor):

Certamente, é preciso levar em conta que esta forma de trabalho não poderia entrar em cena, em sua plenitude, desde os momentos iniciais da revolução. Porém, o que é importantíssimo deixar claro é que a **possibilidade** de o trabalho associado fazer-se presente deve existir desde o início, para que ele, então, possa ser o eixo de todo o processo revolucionário.

É fundamental entender que a ofensiva socialista deve partir do princípio de que a educação envolve a totalidade da existência dos indivíduos e não se limita a um determinado período de suas existências. A perspectiva da educação socialista deve lançar abaixo a divisão social do trabalho que fundamenta o modo de produção capitalista, pois todo processo de formação profissional tem como propósito fundamental a economia de tempo segundo os imperativos inquestionáveis do mercado. É preciso libertar o trabalho do confinamento desumano das funções especializadas que impede os trabalhadores de exercer as suas funções criativas e autoprodutivas.

Apesar das derrotas sofridas nesse período histórico e da ofensiva do capital na perspectiva de apontar para a inexistência de alternativa, cooptando as organizações sindicais e os partidos operários, o proletariado continua sendo a classe revolucionária por excelência, pois somente ela pode emancipar a si mesma e emancipar toda a humanidade. Somente ela pode fazer explodir o contínuo da história dos vencedores e pode dinamitar completamente o sistema do capital, pelo papel que ocupa expressivamente no processo de organização da produção. Somente o proletariado é a classe social que vive do conteúdo da riqueza material por ela produzida, diferentemente das demais classes sociais, que vivem exclusivamente do parasitismo da riqueza produzida por outrem. Somente o proletariado é a classe para si, ou seja, a única capaz de libertar as efetivas potencialidades humanas enclausuradas pelo capital, mediante a libertação de si mesmo e de toda a humanidade através de uma revolução política com alma social e de uma revolução permanente das estruturas herdadas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRADAS, L. F. Dourado. *Marx e a divisão do trabalho no capitalismo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFAL, 2012.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro Primeiro. Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *O capital*: crítica da economia política. Livro Primeiro. Tomo II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MESZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*: o socialismo no século XXI. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONACORDA, M. Alighiero. *História da educação da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Universidade, ciência e violência de classe*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

TONET, Ivo. Educação e revolução. *Revista Germinal:* Marxismo e Educação em Debate. Londrina, v. 2, n. 2, p. 43-53; ago. 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Educação contra o capital*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

1. Esta parte de nosso texto perpassa o primeiro capítulo de nosso livro: *Universidade, ciência e violência de classe*, publicado pelo Instituto Lukács, 2014. [↑](#footnote-ref-1)